

ÍNDICE

NOTA PRÉVIA	5
AS FINANÇAS PÚBLICAS E A REDISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS	7
Introdução: delimitação do objecto de estudo	7
1. Do abstencionismo ao intervencionismo do Estado na vida económica	9
2. O ideário igualitarista e a redistribuição dos rendimentos	12
3. A concepção clássica da redistribuição	14
4. O sistema fiscal e a redistribuição dos rendimentos nominais	16
5. Os empréstimos e a redistribuição dos rendimentos	20
6. A criação de moeda e a redistribuição dos rendimentos reais	21
7. A política de despesas como instrumento de redistribuição	22
8. A eficácia das medidas redistributivas	26
9. A redistribuição dos rendimentos, a igualdade fiscal e o crescimento económico	28
O IMPOSTO SOBRE A ARQUEAÇÃO LÍQUIDA DOS NAVIOS NO QUADRO DO DIREITO DA UNIÃO EUROPEIA	31
1. Introdução	31
1.1. O objeto de estudo, o nome do imposto e a vocação internacional do transporte marítimo	32
1.2. A importância do transporte marítimo para o comércio internacional	35
2. O imposto sobre a arqueação no âmbito da UE e do EEE	38
2.1. O imposto sobre a arqueação até 1997	38
2.2. O quadro do imposto sobre a arqueação após as orientações sobre auxílios aos transportes marítimos de 2004	41

2.2.1. Âmbito de aplicação das Orientações	42
2.2.2. Condições relativas às entidades beneficiárias	42
2.2.3. Condições relativas às atividades apoiadas pelos poderes públicos	44
2.2.4. Condições relativas às medidas de delimitação	47
2.3. O método de avaliação dos regimes de imposto sobre a arqueação	47
3. O imposto sobre a arqueação líquida: contributo para a sua caracterização	48
4. Alusão à tributação das empresas de transporte marítimo em Portugal	49
5. Em conclusão	52

O IMPOSTO SOBRE AS TRANSACÇÕES FINANCEIRAS	55
I. Introdução	55
1. Origem e razão de ser da tributação das transacções financeiras	57
2. De Keynes a Tobin	59
2.1. A ideia de Keynes	60
2.2. A proposta de James Tobin	63
II. As soluções mais recentes	67
3. O imposto francês sobre as transacções financeiras	67
4. A Proposta da União da Europeia	70
4.1. A proposta de directiva de 2011	71
4.2. O recurso ao mecanismo da cooperação reforçada	74
4.3. A actual proposta de directiva	76
III. O ITF no quadro da regulação da União Europeia	79
5. A regulação bancária	79
6. A harmonia com outras directivas	81
IV. Alusão a outros tributos sobre o sector financeiro	82
7. A contribuição sobre o sector bancário	82
8. A autorização legislativa do artigo 239º da LOE/2014	83
V. Algumas considerações finais	86
Bibliografia citada	88

ESTABILIDADE FINANCEIRA E O TRATADO ORÇAMENTAL	91
I. A estabilidade financeira no séc. XXI	92
1. O século XX político e jurídico	93
3. Repensar o papel do Estado na economia	97
4. Compreender a sustentabilidade	101

4.1. A sustentabilidade estadual	101
4.2. A sustentabilidade fiscal do Estado	105
II. O Tratado Orçamental:	111
1. Da necessidade do tratado e seu procedimento	111
2. O conteúdo e o significado do Tratado Orçamental	113
III. Algumas considerações finais	116
A IMPUGNAÇÃO UNITÁRIA DO ACTO TRIBUTÁRIO	121
I. As relações em que a relação tributária se desdobra	122
II. A diversidade dos actos tributários	126
1. A diversidade dos actos tributários em sentido amplo	126
2. O protagonismo do acto tributário em sentido estrito	129
III. Os actos relativos a benefícios fiscais e a impugnação unitária	131
1. O parâmetro constitucional dos benefícios fiscais	132
2. O procedimento de reconhecimento e extinção dos benefícios fiscais	134
3. A impugnação unitária do acto tributário e os actos relativos aos benefícios fiscais	135
3.1. A impugnação unitária dos actos tributários e suas excepções	136
3.2. O carácter autónomo dos actos relativos aos benefícios fiscais	137
3.3. Conclusão sobre a impugnação dos actos relativos a benefícios fiscais	141
A TRIBUTAÇÃO DA EXPLORAÇÃO PETROLÍFERA EM PORTUGAL	145
I. Introdução	145
II. A sequência dos regimes de tributação	150
1. A inicial tributação segundo o regime geral	150
2. A passagem para a tributação segundo um regime especial	153
3. O regresso à tributação segundo o regime geral	155
III. O regime actual	157
1. O Decreto-Lei nº 109/94	157
a) Imposto sobre a Produção de Petróleo	161
b) Renda de Superfície	162
c) Taxas	163
2. O regime previsto no Código do IRC	163
3. A articulação com as normas contabilísticas e de relato financeiro	166
IV. Alusão ao regime de tributação da fase <i>downstream</i>	168
V. Em conclusão	170

O REGIME FISCAL DAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS	173
I. A diversidade de empresas com reflexo no direito fiscal	174
1. A base jurídica e o universo das PME	174
2. Alusão às empresas transnacionais e sua separação das demais empresas	176
II. Aspectos do regime fiscal das PME	178
3. A consideração das PME em sede do IRS empresarial e do IRC	178
4. A consideração das PME em sede do IVA	182
5. As PME e os benefícios fiscais	184
5.1. Os benefícios fiscais em sentido estrito e os incentivos fiscais	184
5.2. Referência a alguns incentivos fiscais destinados às PME	188
III. Por uma abordagem fiscal mais consequente e simples das PME	194
6. Sentido actual de um específico tratamento fiscal das PME	194
7. A consideração fiscal unitária do fenómeno financeiro das empresas	197
UMA FUTURA REVISÃO CONSTITUCIONAL?	201
I. Sentido e necessidade das revisões constitucionais	203
1. Sentido das revisões constitucionais	203
2. Necessidade das revisões constitucionais	204
3. Específicas necessidades de revisão da Constituição Portuguesa	205
3.1. A transferência da “constituição economia” para o nível europeu	206
3.2. A previsão de um estado de emergência económico-financeira	208
3.3. A eliminação de disposições constitucionais	210
3.3.1. A eliminação das disposições relativas às regiões administrativas	210
3.3.2. A eliminação do art. 104º da Constituição	213
II. A oportunidade e viabilidade de uma revisão constitucional	214
4. A oportunidade de uma revisão constitucional	214
5. A viabilidade de uma revisão constitucional	215
AUTONOMIAS E FORMA DO ESTADO	219
I. A constituição como estatuto jurídico-político de autonomias	220
II. As autonomias territoriais no Estado unitário português	224
1. Sentido do princípio do Estado unitário	225
2. A autonomia dos arquipélagos dos Açores e da Madeira	229
3. O princípio da subsidiariedade	232
4. O princípio da autonomia das autarquias locais	234
5. O princípio da descentralização democrática da administração pública	235
III. Em conclusão	236

RECURSOS FINANCEIROS E PODERES TRIBUTÁRIOS DAS AUTARQUIAS LOCAIS: QUE MELHORIAS?	243
I. Os recursos financeiros das autarquias locais	243
1. O princípio da autonomia das autarquias locais	244
2. A autonomia financeira das autarquias locais	247
2.1. O quadro normativo da autonomia financeira local	247
2.2. As principais manifestações da autonomia financeira local	252
II. Os poderes tributários das autarquias locais	257
3. Os poderes autárquicos relativos aos impostos	260
4. Os poderes autárquicos relativos aos tributos de estrutura bilateral	263
III. Melhorias dos recursos e poderes tributários das autarquias locais	265
5. Os poderes tributários e a teoria do federalismo fiscal	266
6. Quadro para uma adequada descentralização financeira	269
7. Um olhar sobre as nossas autarquias locais	273
CONSIDERAÇÕES SOBRE O REGIME FISCAL DA REORGANIZAÇÃO EMPRESARIAL	279
I. Os princípios jurídico-constitucionais da tributação das empresas	280
1. A liberdade de gestão fiscal	281
2. O princípio da neutralidade fiscal	286
3. Os limites à liberdade de gestão fiscal	291
II. O regime fiscal das fusões, cisões, entrada de activos e permuta de partes sociais	294
1. O regime de neutralidade fiscal das fusões, cisões, entradas de activos e permuta de partes sociais	295
2. A cláusula especial anti-abuso do nº 10 do art.73º do Código do IRC	299
NOTAS A RESPEITO DAS LEIS INTERPRETATIVAS E IMPOSTOS RETROACTIVOS	307
I. Leis interpretativas e leis inovadoras nas leis do OE	309
1. As leis interpretativas	309
2. As leis inovadoras	313
3. As leis interpretativas no direito fiscal	315
II. Impostos retroactivos	320
1. O âmbito da proibição da retroactividade dos impostos	320
2. O conceito relevante de retroactividade dos impostos	323
3. A redução do princípio da não retroactividade dos impostos ao princípio da protecção da confiança legítima	327

A RESPEITO DO ADICIONAL AO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS	333
1. Da tributação do rendimento predial até à reforma da tributação do rendimento em 1988	334
2. A tributação relativa aos imóveis na reforma da tributação do rendimento de 1988	337
3. A situação decorrente da reforma da tributação do património de 2003	339
4. O adicional ao Imposto Municipal sobre Imóveis	343
5. Reflexão breve sobre a actual tributação do património	347
ÍNDICE	357